MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 14 638/2005 (2.ª série). — Considerando o requerimento de 14 de Novembro de 2003 da COFAC — Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C. R. L., entidade instituidora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, solicitando autorização de funcionamento neste estabelecimento de ensino do curso de especialização em Sociologia do Trabalho e do Género e a subsequente concessão do grau de mestre em Sociologia do Trabalho e do Género e reconhecimento deste grau (processo DSPP-DIV, registo n.º 107/2004, da Direcção-Geral do Ensino Superior);

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 39.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março), o regime aplicável à atribuição do grau de mestre nos estabelecimentos de ensino superior particular e cooperativo é o fixado pelo Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro;

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 59.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, a apreciação do requerimento de funcionamento de cursos é realizada pela comissão referida no n.º 3 do artigo 52.º do mesmo Estatuto;

Considerando que o parecer da referida comissão, que aqui se dá por inteiramente reproduzido, conclui, pelos fundamentos dele constantes, no sentido do indeferimento do requerimento;

Considerando a proposta da Direcção-Geral do Ensino Superior, cujo parecer se dá igualmente aqui por inteiramente reproduzido, no sentido do indeferimento do requerimento;

Considerando que, nos termos dos artigos 8.º e 9.º do Estatuto, compete ao Estado, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, autorizar o funcionamento de cursos, reconhecer graus académicos, garantir elevado nível pedagógico, científico e cultural de ensino, bem como garantir e fiscalizar o cumprimento da lei;

Considerando que tendo sido ouvida a requerente, nos termos e para os efeitos dos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, acerca da intenção de indeferimento do requerimento, a mesma não apresentou novos elementos que justifiquem a alteração do sentido da decisão;

Ao abrigo do disposto nos artigos 9.º, alíneas *d*) e *e*), 28.º, 39.º, 59.º e 60.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo:

1 — É indeferido o requerimento, de 14 de Novembro de 2003 da COFAC — Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C. R. L., entidade instituidora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, solicitando autorização de funcionamento neste estabelecimento de ensino do curso de especialização em Sociologia do Trabalho e do Género e a subsequente concessão do grau de mestre em Sociologia do Trabalho e do Género e reconhecimento deste grau.

2 — Notifique-se a entidade instituidora e a Direcção-Geral do Ensino Superior.

3 — Publique-se na 2.ª série do *Diário da República*.

3 de Junho de 2005. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Despacho n.º 14 639/2005 (2.ª série). — Considerando o requerimento, de 14 de Novembro de 2003, da CESPU — Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, C. R. L., entidade instituidora do Instituto Superior de Ciências da Saúde — Norte, solicitando a autorização de funcionamento neste estabelecimento de ensino do curso de licenciatura em Bioinformática e o reconhecimento do respectivo grau de licenciado (processo DSPP — DIV, Registo 189/2004 da Direcção-Geral do Ensino Superior);

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 59.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março), a apreciação do requerimento de funcionamento de cursos é realizada pela comissão referida no n.º 3 do artigo 52.º do mesmo Estatuto;

Considerando que os pareceres da referida comissão, que aqui se dão por inteiramente reproduzidos, concluem, pelos fundamentos deles constantes, no sentido do indeferimento do requerimento;

Considerando a proposta da Direcção-Geral do Ensino Superior, cujo parecer se dá igualmente aqui por inteiramente reproduzido, no sentido do indeferimento do requerimento;

Considerando que, nos termos dos artigos 8.º e 9.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, compete ao Estado,

através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, autorizar o funcionamento de cursos, reconhecer graus académicos, garantir elevado nível pedagógico, científico e cultural de ensino, bem como garantir e fiscalizar o cumprimento da lei;

Considerando que, tendo sido ouvida a requerente, nos termos e para os efeitos dos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, acerca da intenção de indeferimento do requerimento, a mesma não apresentou novos elementos que justifiquem a alteração do sentido da decisão;

Ao abrigo do disposto nos artigos 9.º, alíneas *d*) e *e*), 28.º, 59.º e 60.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo:

1 — É indeferido o requerimento, de 14 de Novembro de 2003, da CESPU — Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, C. R. L., entidade instituidora do Instituto Superior de Ciências da Saúde — Norte, solicitando a autorização de funcionamento neste estabelecimento de ensino do curso de licenciatura em Bioinformática e o reconhecimento do respectivo grau de licenciado.

2 — Notifique-se a entidade instituidora e a Direcção-Geral do Ensino Superior.

3 — Publique-se na 2.ª série do *Diário da República*.

3 de Junho de 2005. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Despacho n.º 14 640/2005 (2.ª série). — Considerando a solicitação do Instituto Politécnico de Beja no sentido de ser autorizado o funcionamento do curso de especialização tecnológica de Culturas Regadas na sua Escola Superior Agrária;

Considerando o disposto na Portaria n.º 989/99, de 3 de Novembro, alterada pelas Portarias n.ºs 698/2001, de 11 de Julho, e 392/2002, de 12 de Abril;

Considerando o disposto no despacho conjunto n.º 30/2005, de 11 de Janeiro, que criou o curso de especialização tecnológica de Culturas Regadas;

Ouvidos os Ministros do Trabalho e da Solidariedade Social e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas nos termos do disposto no n.º 2 do n.º 5.º da Portaria n.º 989/99;

Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do n.º 5.º da Portaria n.º 989/99:

Determino:

1.º

Autorização de funcionamento

1 — É concedida à Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Beja autorização de funcionamento de uma turma com 25 alunos, em regime diurno, do curso de especialização tecnológica de Culturas Regadas, criado pelo despacho conjunto n.º 30/2005, de 11 de Janeiro, adiante designado por curso.

2 — A autorização de funcionamento é válida para dois ciclos de formação.

2.º

Normas aplicáveis

O funcionamento do curso é regulado pelas disposições conjugadas da Portaria n.º 989/99, de 3 de Novembro, alterada pelas Portarias n.ºs 698/2001, de 11 de Julho, e 392/2002, de 12 de Abril, e do despacho conjunto n.º 30/2005.

3.º

Acesso

Podem candidatar-se à matrícula e inscrição no curso, todos os que preenchem os requisitos constantes do n.º 3.º da Portaria n.º 989/99, conjugado com os n.ºs 4 e 5 do despacho conjunto n.º 30/2005.

4.º

Ingresso no ensino superior

Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do n.º 5.º e do n.º 3 do n.º 9.º da Portaria n.º 989/99, os titulares do diploma de especialização tecnológica de Culturas Regadas atribuído pelo Instituto Politécnico de Beja através da sua Escola Superior Agrária podem concorrer à matrícula e inscrição nos cursos de licenciatura constantes do anexo ao presente despacho, ao abrigo do disposto no artigo 3.º-A do Regulamento dos Concursos Especiais de Acesso ao Ensino Superior, aprovado pela Portaria n.º 854-A/99, de 12 de Abril, alterada pelas Portarias n.ºs 1081/2001, de 5 de Setembro, e 393/2002, de 12 de Abril.

5.º

Dispensa de frequência de unidades curriculares

Os titulares do diploma de especialização tecnológica de Culturas Regadas que sejam admitidos à matrícula e inscrição nos cursos a que se refere o número anterior são dispensados da frequência das unidades curriculares constantes do anexo ao presente despacho.

6.º

Caducidade da autorização de funcionamento

A autorização de funcionamento conferida pelo presente despacho caduca caso o curso não inicie o seu funcionamento efectivo no prazo de um ano a contar da data da sua publicação.

7.º

Renovação da autorização de funcionamento

1 — A renovação da autorização de funcionamento pode ser requerida até 90 dias antes do fim do 2.º ciclo de formação autorizado.

2 — Do pedido de renovação da autorização de funcionamento devem constar:

- a) A comprovação, através de avaliação externa, da necessidade formativa;
- b) A declaração, sob compromisso de honra, da continuidade da satisfação dos pressupostos, designadamente em termos de recursos e de protocolos, que fundamentaram a presente autorização.

3 de Junho de 2005. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

ANEXO

Instituto Politécnico de Beja

Escola Superior Agrária

Curso de especialização tecnológica de Culturas Regadas

Prosseguimento de estudos

Estabelecimento de ensino	Curso	Unidades curriculares
Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Beja.	Engenharia Agro-Pecuária	Técnicas de Regadio. Economia e Políticas Agrárias. Culturas Arvenses II. Horticultura e Arboricultura.
	Engenharia dos Sistemas Agrícolas e Ambientais, opção de Agricultura Ecológica.	Técnicas de Regadio. Culturas Arvenses II. Fruticultura Geral. Horticultura Geral.
	Engenharia dos Sistemas Agrícolas e Ambientais, opção de Agricultura Industrial.	Economia e Políticas Agrárias. Técnicas de Regadio I. Técnicas de Regadio II. Culturas Arvenses II. Fruticultura Geral. Horticultura Geral. Culturas em Ambiente Condicionado.

Instituto Tecnológico e Nuclear, I. P.

Despacho n.º 14 641/2005 (2.ª série). — 1 — O Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN) presta serviços de consultadoria e assistência técnica, nas áreas da sua competência.

2 — Os custos dos diferentes serviços prestados pelo ITN são os constantes das tabelas anexas ao presente despacho, que dele fazem parte integrante.

3 — Os custos indicados nestas tabelas são referidos em pontos.

4 — O valor do ponto é fixado em € 0,062, podendo ser revisto anualmente.

5 — O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.

24 de Junho de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Júlio Montalvão e Silva*.

TABELA I

Serviços tabelados

	Preço em pontos
1 — Metrologia em radioactividade ambiente:	
1.1 — Análises globais:	
1.1.1 — Medida de actividade alfa total	850
1.1.2 — Medida de actividade beta total	750
1.1.3 — Espectrometria gama tipo 1 (medida rápida)	1 500
1.1.4 — Espectrometria gama tipo 2 (medida completa)	3 300
1.2 — Análises específicas:	
1.2.1 — Césio total (137Cs+134Cs) (radioquímica — medida beta)	3 000

	Preço em pontos
1.2.2 — Estrôncio-90 (radioquímica — medida beta) . .	3 500
1.2.3 — Rádio-226 (radioquímica — medida alfa)	4 000
1.2.4 — Radão atmosférico	700
1.2.5 — Radão em água	3 500
1.2.6 — Trítio (com enriquecimento isotópico)	2 500
1.2.7 — Trítio (sem enriquecimento isotópico)	2 100
1.2.8 — Polónio-210 (espectrometria alfa)	2 000
1.2.9 — Chumbo-210 (radioquímica e medida beta total)	2 500
1.2.10 — Amerício-241 (espectrometria alfa)	4 500
1.2.11 — Rádio-226 (espectrometria alfa)	4 000
1.2.12 — Análise istópica do urânio (espectrometria alfa)	4 500
1.2.13 — Análise isotópica de tório (espectrometria alfa)	4 500
1.2.14 — Análise isotópica de plutónio (espectrometria alfa)	4 500
1.2.15 — Dose indicativa total (parâmetro calculado)	300
1.3 — Controlo radiológico ambiental quando da presença de navios nucleares	
1.3.1 — Período de um dia	3 500
1.3.2 — Período superior a um dia e inferior a oito dias	2 60 000
2 — Metrologia das radiações:	
2.1 — Aprovação de modelo	90 000
2.2 — Primeira verificação	25 000
2.3 — Verificação periódica de dosímetros e monitores:	
2.3.1 — Monitores de protecção radiológica:	